

1 * DEZ 1991

CORREIO BRAZILIENSE

IVALDO CAVALCANTI



Langoni quer a continuidade da política monetária restritiva do Governo

Langoni só vê uma saída, manter o arrocho monetário

Econ. Brasil

Garantir a aprovação do pacote fiscal antes do Congresso entrar em recesso e fechar acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Clube de Paris, até março. Estes deverão ser os próximos passos do Governo para garantir alguma tranquilidade à economia, na opinião do diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o economista Carlos Langoni. Até que tudo se concretize, o desafio será manter o aperto monetário instaurado nos últimos 30 dias.

"A continuidade da política monetária restritiva é a única maneira de reverter a expectativa inflacionária", defende. Ele lembra que no Plano Collor I, o Governo confiscou os ativos, promoveu aperto monetário significativo, mas, logo depois se arrependeu, provocando uma expansão monetária excessiva, taxas de juros reais negativas e, conseqüentemente, nova aceleração da inflação.

A situação permaneceu inalterada até setembro e somente em outubro, o Governo, com medo de uma crise cambial, subiu a taxa de juros. "O primeiro objetivo foi defender as reservas cambiais, mas atingiu também a expectativa de inflação e, agora, é preciso ter persistência", afirma.

O maior erro das políticas econômicas adotadas ao longo dos últimos anos é deixar tudo pela metade, segundo o economista. Até mesmo o pacote fiscal (que deverá ser aprovado em regime de urgência) é considerado por Langoni como ineficiente, embora inevitável, até que, no segundo semestre o Congresso resolva promover uma reforma constitucional, tirando dos ombros da União os encargos que deveriam caber aos estados.

Além disso, ele critica a excessiva carga tributária, em vez de se ampliar a base de arrecadação e redução de ali-

quotas, como foi feito em países com o México. "O México saiu de um déficit de seis por cento ao ano em 1987 para um superávit de sete a oito por cento do Produto Interno Bruto (PIB)", afirma. Isso graças a um corte brutal das despesas e um aumento de receita, através de uma reforma tributária que promoveu aumento da base e redução de alíquotas.

Mesmo assim, Langoni ressalva que o pequeno ajuste fiscal irá gerar um superávit de dois a três por cento do PIB, o que poderá viabilizar o acordo com o FMI, mas ainda insuficiente para atrair capital externo. Enquanto o México recebe oito bilhões de dólares por ano em investimentos externos diretos (dos quais quatro bilhões de dólares de recursos mexicanos fora do país), o Brasil este ano, terá de se contentar com um bilhão de dólares. Acrescentando-se ao fato, que a economia mexicana cresce cinco por cento ao ano e a inflação anual é de 20 por cento. Ao lado da política monetária restritiva e do pacote fiscal, Langoni coloca como terceiro ingrediente fundamental para a economia brasileira e liberação do comércio exterior.

— Nos últimos anos, tivemos uma política cambial errática. É impossível fazer um plano de exportação; não se sabe nem como ficará o preço do produto. Neste ano, tivemos um período de desvalorização de fevereiro até março e depois uma mídi de 17 por cento. Essa enorme variação provoca desestímulo, agravado pela falta de linhas de financiamento para exportação — afirma.

Para contornar a situação, Langoni propõe que o Governo acabe de vez com as diferentes taxas de câmbio. "A unificação das taxas beneficiaria as exportações, dando maior tranquilidade ao mercado", diz.